TEORIAS E CONCEITOS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE CRÍTICO EM GEOGAFIA

Paulo Roberto Teixeira de Godoy[1]

RESUMO

Este pequeno ensaio consiste em um diálogo com as atuais tendências da Geografia brasileira contemporânea e com as noções e conceitos de *Crítica*. O objetivo é trazer para o debate teórico as questões referentes ao conteúdo do pensamento geográfico e os conceitos que sustentam as análises sobre a produção do espaço social. Sem a pretensão de esgotar a problemática aqui apresentada, procurou-se ressaltar algumas questões relevantes para repensar criticamente o pensamento crítico na Geografia. A preocupação não é, necessariamente, com as proposições de uma Geografia Crítica, mas com as possibilidades de redefinir o debate sobre outras bases teóricas e conceituais.
Palavras-chave: teoria, crítica, produção do espaço

RÉSUMÉ

Ce petit essai se compose d'un dialogue avec les tendances courantes de la Géographie brésilienne contemporaine et des notions et concepts de la *Critique*. L'objectif est d'apporter pour la discussion théorique les questions la référence à la teneur de la pensée géographique et des concepts cet appui les analyses sur la production de l'espace social. Sans la prétension épuiser

---

[1] Professor Assistente Doutor da Universidade Estadual Paulista - Rio Claro.

le problématique a présenté ici, il a été regardé quelques questions importants pour repensez, de manière critique, la pensée critique dans la Géographie. Le souci n'est pas, nécessairement, avec les propositions d'une Géographie Critique, mais avec les possibilités pour redéfinir la discussion sur autres appuis théoriques et conceptuelles.
Mots clés: théorie, critique, production de l'espace

1. INTRODUÇÃO

> O saber, cuja essência é crítica, não pode reduzir-se ao conhecimento objectivo; conduz para Outrem. Acolher Outrem é pôr a minha liberdade em questão (LEVINAS, 1980)

A "crença" de que o conceito de Tempo possui uma fundamentação teórica mais profunda do que o de Espaço tornou-se 'lugar comum', não somente entre os geógrafos, mas, de modo geral, entre os cientistas sociais (Harvey, 2005; Santos, 2002). Existem, evidentemente, razões para que esse 'lugar comum' permaneça ora como uma constatação, ora como um refúgio para os que rejeitam a teoria como uma condição para se pensar as questões do espaço. Mas, deve-se ressaltar que esta não é uma verdade total ou absoluta. O que é factível, neste caso, é a consideração de que a análise do espaço enquanto materialidade dada coloca-se como uma "complicação desnecessária", e isto é válido não só para a tradição marxista como para todo o pensamento positivista (Harvey, 2005, p. 142). Talvez, o que pode haver de fato é uma rejeição teórica pelo espaço e não a sua ausência. Para adentrarmos nesta seara, deve-se reconhecer o alcance e as possibilidades de rupturas de uma concepção crítica acerca das questões teóricas e conceituais da produção do espaço social.

Neste sentido, é crucial compreender, primeiramente, que a crítica, como argumenta Lebrun (2002), não nos traz uma verdade maior, mas apenas uma outra forma de pensar. Em segundo lugar, acredito haver a necessidade de reflexão sobre a própria negatividade possível do conceito de crítica e, posteriormente, elucidar as diferentes orientações e sentidos que ela poderá seguir. Vale dizer que, seja qual for a orientação ou sentido, o problema da objetividade das conexões lógicas que sustentam as categorias de análise crítica poderão se apresentar como negação da sua própria fundamentação teórica, pois contém como princípio interno a sua própria negatividade. Assim, é imanente à construção de um discurso crítico a destruição sistemática da aparência lógica do conhecimento científico.

Numa primeira aproximação, a suposição possível é a de que a idéia de uma *Geografia Crítica* é diametralmente oposta a de uma Geografia Científica. Certamente, a afirmativa não seria inteiramente correta. O certo é que nem todos os fundamentos da crítica são, necessariamente, científicos ou possuem esta pretensão. Embora o conhecimento científico não seja sinônimo de empirismo, os fundamentos da crítica não estão vinculados diretamente à experiência empírica. Pelo contrário, são os fundamentos teóricos que estruturam as experiências empíricas. Estas, por sua vez, redimensionam a complexidade dos conceitos de modo a recompor seus conteúdos e, portanto, enriquecer os fundamentos teóricos.

Sabe-se, entretanto, que a experiência não consiste na única fonte do saber. Neste sentido, a negação da experiência pela crítica como fonte única do saber deve-se ao fato de que a experiência também é, em grande parte, uma dissimulação do real e poderá, portanto, falsear o conteúdo dos fundamentos que a sustenta.

Para Adorno (1978) nenhuma teoria consegue escapar da lógica mercantil; elas são expostas como algo funcional a ser consumido. A presunção de que a teoria esquiva-se de tal simulacro degenera-se no seu auto-elogio. Nem tampouco a

dialética necessita emudecer-se frente a tal conseqüência. A dialética indica que os objetos superam seu conceito, que contradizem a norma tradicional da adequação lógica e racionalizante. "A dialética quer encontrar o cientificismo em seu próprio campo, ao pretender conhecer melhor a realidade social contemporânea. Procura traspassar o véu que a ciência ajuda a tecer" (ADORNO, 1989, p. 118).

> "A contradição não é uma essencialidade heraclítica (doutrina de Heráclito de Éfeso, segundo a qual a luta é o princípio de todas as coisas e de que o universo está em constante devenir) por mais que o idealismo absoluto hegeliano tenha inevitavelmente que transfigurar-se nesse sentido. É índice da falsidade da identidade, de que o concebido absorve-se no conceito. E, no entanto, a aparência da identidade reside intrinsecamente no próprio pensamento, em sua forma pura" (ADORNO, 1978, p. 119).

Neste sentido, pensar implica identificar uma ordem conceitual que se interpõe como elo entre o pensamento e a possibilidade de compreensão. Aparência e verdade tornam-se cruzamentos superpostos de modo que a primeira - a aparência - não sucumbe por decreto uma verdade autocrática.

Assim, a dialética não comporta previamente um ponto de vista ou um mirante analítico privilegiado, mas impele ao pensamento sua insuficiência em relação aquilo que é pensado. É assim que se transfere a impossibilidade de conhecimento do objeto ao método.

Segundo Adorno (op. cit., p. 141)

> "O que a dialética tem de dolorido é a dor desse mundo elevada a conceito. A este mundo, a dialética tem que se submeter se deseja evitar que a concreção novamente se degrade em ideologia em que começa, de fato, a se converter (...) A dialética desenvolve a diferença, ditada pelo universal, entre

o universal e o particular. Como a diferença, a ruptura entre sujeito e objeto que penetrou em toda a consciência, integra necessariamente o sujeito e rompe tudo que ele pensa, até o que pensa de objetivo, só pode encontrar seu fim na reconciliação".

2. ORDEM E (DES)ORDEM

Em *A Crítica da Razão Indolente*, Sousa Santos (2001, p. 26-28) identifica algumas possíveis causas das dificuldades de se construir uma teoria crítica. Segundo este autor,

"A teoria crítica moderna concebe a sociedade como uma totalidade e, como tal, propõe uma alternativa total à sociedade que existe. A teoria marxista é exemplar a este respeito. A concepção da sociedade como totalidade é uma construção social como qualquer outra. O que a distingue das construções rivais são os pressupostos em que assenta. Tais pressupostos são os seguintes: uma forma de conhecimento ele próprio total como condição de abarcar credivelmente a totalidade social; um princípio único de transformação social, e um agente colectivo, igualmente único, capaz de a levar a cabo; um contexto político institucional bem definido que torne possível formular lutas credíveis à luz dos objetivos que se propõem (...) O conhecimento totalizante é um conhecimento da ordem sobre o caos. O que distingue neste domínio a sociologia funcionalista da sociologia crítica é o facto de a primeira pretender a ordem da regulação social e a segunda pretender a ordem da emancipação social.

Em segundo lugar, a industrialização não é necessariamente o motor do progresso nem a parteira

> do desenvolvimento. Por um lado, ela assenta numa concepção retrógrada da natureza, incapaz de ver a relação entre a degradação desta e a degradação da sociedade que ela sustenta. Por outro lado, para dois terços da humanidade a industrialização não trouxe desenvolvimento".

Para Morin (1987), a *ordem* é a palavra-chave da ciência clássica. Não sem motivos Humboldt intitulou sua grande obra de *Cosmos*. A concepção de ordem universal reinou absoluta e soberanamente escorada na crença da imutabilidade das leis da natureza. Foi necessário esperar, entretanto, pela idéia de *degradação energética* - entropia - colocada por Carnot, Clausius e Boltzmann para que a noção de *ordem* comportasse também o seu avesso, isto é, a desordem.

O desmoronamento da *ordem* suscitou, por sua vez, uma reconstrução teórica do conceito de modo a problematizar suas evidências ontológicas. Neste sentido, 'regular' ou 'superar' a *ordem*, como argumenta Sousa Santos (2001), possui apenas um caráter tautológico, pois tanto uma como a outra não implica em determinação de um estado de equilíbrio, constância, regularidade e permanência. *Ordem* e *Desordem* estão mutuamente imbricadas e indissoluvelmente unidas, são mutuamente constitutiva da organização e da desorganização. Se se entende a superação como o estabelecimento de uma "nova ordem", pode-se indagar sobre a natureza da superação e suas formas de re-organização.

Por outro lado, torna-se impraticável associar a noção de desenvolvimento com a noção de *ordem* sob a lógica do crescimento econômico capitalista, porque o primeiro não tem no segundo a sua condição essencial, a não ser que consideremos o segundo como a glorificação das regras da acumulação capitalista. Assim, *ordem* significaria o cumprimento sistemático de etapas evolutivas do capital urbano-industrial.

A distinção básica entre a visão dialética da totalidade, e a positivista, se evidencia porque o conceito dialético de totalidade pretende ser 'objetivo', enquanto o positivismo preocupa-se somente com a escolha de categorias as mais gerais possíveis, reunir constatações sem contradição em um contínuo lógico. Ao distorcer o conceito de totalidade produz uma espécie de teologia da ciência. Sua orientação tende ao primado de métodos disponíveis, em vez de do objeto real. Desta forma, o positivismo amputa as contradições que afetam o procedimento científico e o seu objeto particular.

Segundo Adorno (1989, p. 117) "o cerne da crítica ao positivismo consiste em que este se fecha à experiência da totalidade cegamente dominante, tanto quanto à estimulante esperança de que finalmente haverá uma mudança, satisfazendo-se com os destroços desprovidos de sentido que restaram após a liquidação do idealismo, sem interpretar e descobrir a verdade, por sua vez, da liquidação e do liquidado".

Para a concepção marxista, o real pode ser capturado mediante a articulação de categorias, portanto de uma lógica, das relações internas necessárias desta realidade, isto é, as relações capitalistas historicamente reais, ou seja, o movimento internamente contraditório destas relações, o movimento sistemático pelo qual o capital se constitui como processo de autovalorização do valor; trata-se de expor o desenvolvimento conceitual do capital a partir de sua forma elementar, a mercadoria. Sem esta exposição categorial, seria impossível explicar o caráter e a natureza do capitalismo; a dialética emerge, portanto, como a estruturação lógica necessária enquanto condição adequada para conceituar a realidade histórica factual do capitalismo. Por esta razão, os conceitos de *O Capital* têm, no sentido mais estrito possível, uma pretensão de objetividade, isto é, eles não constituem simplesmente uma construção conceitual a partir da qual o objeto poderia ser apreendido. Eles reproduzem ou pretendem reproduzir o real que é movimento em sua configuração específica.

A conseqüência primeira disto é, entre outras coisas, a suspensão de qualquer verdade eterna, imutável, situada num campo fora da experiência. Tanto a filosofia como as ciências da natureza e da sociedade levantaram pretensões de tematizar verdades eternas, no caso da ciência, através da tematização de leis que teriam validade eterna. Assim, por exemplo, na ciência econômica moderna as categorias econômicas são entendidas como idéias eternas e não como a expressão teórica das relações históricas de produção que correspondem a um grau determinado de desenvolvimento material.

3. CATEGORIAS E CONCEITOS

O debate sobre a possibilidade de uma teoria crítica em Geografia deve, portanto, centrar-se, inicialmente, sobre os fundamentos teóricos que sustentam as análises sobre a produção do espaço social sob a égide do capitalismo e os desdobramentos das categorias e conceitos. Epistemologicamente, isto significa a busca de um modo de apresentação que revele o processo contraditório efetivo e, portanto o nexo interno por trás de suas formas de ocultamento e, com efeito, explique a relação necessária entre o nexo e a aparência invertida dele nas suas manifestações visíveis, pois os fenômenos do cotidiano econômico são exatamente o inverso de seu nexo interno contraditório. Isto é feito por um desenvolvimento categorial que tenta explicitar a articulação entre vários aspectos do conceito de capital enquanto um desdobramento de seus momentos, o que faz com que a exposição categorial signifique um enriquecimento semântico na medida que as categorias se referem a funções cada vez mais complexas até atingir o conteúdo 'concreto', a unidade das múltiplas determinações: há assim na exposição uma primazia das formas mais ricas e mais complexas em que as formas iniciais mais abstratas não são

eliminadas, mas redefinidas em seu papel, como é o caso por exemplo da circulação simples, que não é anulada no capitalismo, mas existe subordinada à circulação e produção capitalista, em que cada uma delas é uma forma específica de manifestação da contradição que tudo abrange.

Este aspecto apresenta a diferença crucial entre Hegel e Marx. Para Hegel o conteúdo é uno. Em Marx, a forma determinada de efetivação do capital processual não é de necessidade absoluta. Há, portanto, uma indeterminação quanto à forma que não provém do fato de que as formas de existência, que são exteriores, não correspondem ao conteúdo essencial que é interior, mas é o conteúdo mesmo que é cindido em aspectos opostos, contraditórios, abrindo assim a partir de si mesmo o núcleo para a indeterminação e a contigência na decisão sobre as formas de efetivação do movimento do capital.

Para R. Fausto (1987), o que caracteriza a dialética hegeliana é o ocultamento do discurso científico e positivo envolto em uma ciência filosófica real, isto é, a ausência de um questionamento sobre a legitimidade do discurso do entendimento como forma de desviar a dialética idealista do dogmatismo. A dialética de Marx se apresenta, num primeiro momento, como uma dialética dogmática no sentido da transgressão do entendimento. Marx produz um discurso que pretende apresentar um paradigma novo em relação ao pensamento de Smith e Ricardo. Neste sentido, *O Capital* pretende substituir a lógica categorial da análise econômica convertendo-se, desse modo, em antidogmatismo.

De acordo com R. Fausto (1987), existe em Marx uma espécie de 'metalógica' do conceito que retoma tanto a lógica do ser como a lógica da essência. Isto significa que o conceito é finito e está sujeito a corrosões provocadas pelo próprio movimento do objeto. No plano da apresentação, há uma certa descontinuidade objetiva na sucessão temporal das formas, ou seja, a dialética torna-se impensável sem o entendimento. Entre razão e entendimento existe um equilíbrio instável, o que

permite a simultaneidade da análise e da crítica do sistema. Embora a negação da negação em Marx não restabelece a positividade como em Hegel, mas faz com que a versão metalógica de Marx seja geradora de uma nova versão da dialética.

Diante do exposto acima, algumas questões podem ser colocadas: em que ângulos e profundidade a crítica pretende romper com o caráter cientificista e, portanto positivo, do conhecimento geográfico? O problema da objetividade das conexões lógicas que sustentam as categorias de análise será tratado em quais aspectos? A base de fundamentação teórica da crítica carregará, como princípio interno, a sua própria negação? A construção do discurso crítico terá, como pressuposto último, a (des)construção estética da aparência lógica do conhecimento científico?

Para Lebrun (2002, p. 74)

> "Os conceitos, tomados enquanto atos formais, não permitem ainda decidir quanto à possibilidade de sua utilização teórica (...) Os conceitos são inteiramente impossíveis e não podem ter nenhuma significação ali onde nenhum objeto é dado".

A ausência da preocupação em examinar as condições sob as quais os conceitos adquirem sentido delimita ainda mais o seu campo de identificação; deste modo, contenta-se com 'puras categorias', quer dizer, com conceitos que podem servir para o conhecimento daquilo que é transcendental.

O conceito de espaço, por exemplo, é diferente do conceito de região, pois aquele contém este, mas ainda outra coisa; mas, na própria coisa, existe, entretanto, identidade entre os dois, pois a divisibilidade reside realmente na necessidade de síntese. Mas, neste caso corre-se o risco tomar o real por uma proposição.

Não se trata, desde então, de uma "ilusão inextirpável". Esta surge quando o entendimento, orientado pela razão, não pode realizar mais que uma totalidade absoluta sem significação. O erro não consiste, então, em pôr o mundo como totalidade,

mas em efetuar essa posição de modo desastrado, por não ter dado ao sensível e ao inteligível aquilo que lhes pertence.

Vale ressaltar que as semelhanças e as diferenças entre os conceitos de espaço, região, lugar e território não devem dissimular a diferença das problemáticas. Pois, se se considera que todas as coisas são condicionadas *no* (no interior do) espaço e tempo, nenhum Todo é possível. Entretanto, os que admitem um Todo Absoluto de simples condições condicionadas contradizem a si mesmos, quer eles considerem esse Todo como limitado (finito), quer eles o considerem como ilimitado (infinito) e, portanto, o espaço deve ser visto como um tal Todo, assim como o tempo passado.

A possível arbitrariedade da idéia de totalidade absoluta pode-se apresentar como uma idéia paradoxal, pois se o espaço for dado como infinito, *dado* pode significar aqui, limitado. De acordo com Lebrun (2002), "Não é um milagre que em nós, seres finitos, o espaço e o tempo infinitos residam como formas acabadas? Como essas formas estáveis nasceram?" Com efeito, o espaço torna-se apenas uma condição da razão formal e não recupera o seu sentido de condição material de um sistema de ações. Isto é, torna-se apenas uma idéia que deve servir de regra para considerar todo movimento situado no seu interior.

Ora, as posições das partes do espaço, umas em relação às outras, supõem que elas possam ser ordenadas em uma tal relação - e, no sentido mais estrito, a região não consiste na relação que uma coisa no espaço entretém com outra (o que é, propriamente, o conceito de lugar), mas na relação do sistema desses lugares com o espaço total do mundo. Assim, ao contrário de afirmar, dogmaticamente, que o *lugar* é um princípio da diferenciação, deve-se procurar portanto salientar uma diferença interna própria ao espaço e, através disso, provar a existência de uma totalidade concreta. Mas, se o espaço é sempre finito, pois ele só é dado na medida em que produzido, pode-se interrogar: sem os objetos já dispostos *no* espaço, como determinar a sua concretude?

Acredito que as questões acima podem nos conduzir a uma espécie de prolegômenos das antinomias dos conceitos geográficos e, certamente, aos interstícios da base teórica que articulam as categorias de análise do que atualmente denominamos de Geografia Crítica.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE ESPAÇO

No final dos anos 70, a imunização contra o pragmatismo descritivo da Geografia assume a forma de uma concepção estrutural de sociedade e de espaço cujo foco das análises dirigia-se para as contradições, os conflitos e os antagonismos inerentes aos movimentos da estrutura social. Logo, o espaço revelava no conteúdo de suas formas as mesmas contradições que o produziram. Essas, por sua vez, geravam também as condições de reprodução das relações sociais. Nesse sentido, o espaço aparecia como resultado e, ao mesmo tempo, condição da reprodução social. Em outras palavras, o espaço consistia em um "efeito" que se transformava em "causa", ou, um resultado que se transformava em processo.

Para Santos (1991, p. 38), a idéia central da interpretação da produção do espaço situa-se na combinação simultânea entre a forma, a estrutura e a função. Isso porque "os movimentos da totalidade social modificando as relações entre os componentes da sociedade alteram processos e incitam funções". Essa totalidade social, crê o autor, pressupõe a existência de um movimento dialético da estrutura que opera sobre as formas e funções, fazendo com que os lugares tornem-se combinações de variáveis que diferenciam-se ao longo do tempo.

A diferenciação entre as variáveis resulta tanto da periodização histórica, pois atravessam épocas posteriores ao seu surgimento e convivem com variáveis novas, quanto de suas formas de espacialização, isto é, do seu lugar de origem e de sua difusão territorial.

Nesse sentido, é a idéia de movimento da totalidade no tempo e no espaço que fundamenta a concepção de que o espaço é produzido *no* e *pelo* movimento da totalidade social. Consiste, portanto, em uma "geografização" do movimento estrutural da sociedade que se traduz espacialmente em novas formas e funções e estas, ao se combinarem para atender as necessidades geradas pelos "efeitos" de reestruturação dos processos de organização das relações sociais, produzem o espaço. Neste caso, a idéia de produção do espaço torna-se prisioneira de sua conotação técnica e econômica e adquire a noção de fabricação repetitiva de formas e geração de movimentos.

A produção do espaço consiste, então, na realização prática de produção de objetos "geograficizados" segundo uma dada lógica econômica, e destinam-se a cumprir funções diferenciadas em sintonia com as necessidades de reprodução das relações sociais de produção e da divisão social do trabalho.

Em *A Natureza do Espaço*, Santos (1996, p. 21) tem com o ponto de partida a definição de espaço como um "conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistema de ações". Esta noção permite, segundo o autor, reconhecer, entre outros conceitos, o de produção do espaço e de rugosidades.

Sem estender-se em detalhes referente à fundamentação teórica da concepção do autor acima, seguiremos a direção de análise cujo ponto de partida é o entendimento de que a produção do espaço insere-se em um sistema de pensamento que assenta-se em uma dada lógica interpretativa visando revelar o movimento de transformação de determinadas partes da totalidade.

A idéia de sistema retroativo permite-nos repensar, em síntese, a relação dialética entre o conceito e a fundamentação lógica da teoria que o sustenta. O sistema de pensamento, construído enquanto um método de pensar, de analisar e de interpretar um determinado objeto, organiza a relação entre o sujeito e o objeto de diferentes modos: separando-os, e assim construindo um conhecimento reducionista dado o caráter

sistêmico de sua organização; ou, unindo-os e os integrando em uma organização que se reorganiza dialeticamente, produzindo um conhecimento complexo e crítico. Trata-se de imunizar o conceito de produção do espaço contra o simplismo mecanicista da "geografização das variáveis".

Assim, quando fala-se em produção do espaço deve-se, primeiramente, entender que os conceitos que procuram explicá-la se organizam a partir de uma lógica interpretativa correspondente aos objetivos traçados pelo sujeito. Para esclarecer essa questão, vamos partir do conceito de *produção*. Na análise da produção do espaço, a idéia de produção está ligada ao conceito marxista de *trabalho* e às noções de transformação e mudança. A "produção" implica também em organização do trabalho e dos meios necessários para a sua realização enquanto produção de valor. Vale lembrar que os meios necessários ao trabalho constituem-se, também, em trabalho. Pode-se pensar que o espaço produzido é produto do trabalho, isto é, de uma organização do trabalho que materializa-se em formas espaciais. A "produção" significa, então, "trabalho morto" e organização.

Para Marx, o conceito de trabalho pode ser entendido como atividade teleológica de transformação da Natureza e como síntese inseparável da natureza objetiva, circundante, e a natureza subjetiva do homem. O 'trabalho' constitui o "princípio gerador" do homem e não apenas uma atividade produtiva, mas enquanto constituição de uma natureza objetiva e de um horizonte de apreensão e transformação da realidade. Neste sentido, o conceito contém uma dupla dimensão: a de transformação da natureza e de constituição de objetos, que trazem o momento da objetividade constituída (MÜLLER, 1978).

Vale ressaltar que os conceitos de trabalho e produção se alteram ao longo da obra de Marx. Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844), o conceito de trabalho funciona como equivalente do conceito de 'práxis revolucionária' (primeira tese contra Feuerbach), envolvendo todas as objetivações da essência humana.

Essa concepção torna-se, no entanto, alvo de uma crítica enfática de Habermas (1987): se a práxis é considerada como um dos aspectos do trabalho, está incluída no agir instrumental; assim, a práxis tende a ser reduzida ao trabalho, a 'síntese materialista' tende a tornar-se unidimensional e as relações de produção são apenas um momento da produção material.

Em uma passagem dos *Grundrisse*, Marx diz: "o desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social universal, *knowledge*, tornou-se força produtiva imediata, e portanto, até que ponto as condições do processo de vida social foram submetidas ao controle do *general intellect*" (MÜLLER, 1978, p. 24). Ao apontar as contradições imanentes do capital, Marx mostra que as relações sociais de produção e o quadro institucional em que se realiza a integração social não são meras especificações ou efeitos do processo de trabalho.

O conceito de *espaço*, por sua vez, apresenta múltiplas faces de interpretação. Mas, a junção estabelecida entre os dois conceitos - produção/espaço - elucida a matriz teórica do sistema de pensamento que o sustenta. Percebe-se que as categorias que executam uma operação de análise fundamentam-se no conceito de trabalho, enquanto objetivação da síntese homem-natureza através das correlações entre a estrutura normativa dos intercâmbios sociais com as rugosidades exteriorizadas do capital fixo no interior do processo de desenvolvimento das forças produtivas. A variável espacial pode, então, ser explicitada pela verificação de caráter empírico da divisão social do trabalho.

Assim, a produção do espaço é produção de objetos que articulam e organizam, em suas funções específicas, intercâmbios sociais que envolvem o trabalho e a produção. O espaço seria, neste caso, a materialidade e a mediação entre os sistemas de produção, de controle e reprodução do trabalho em sua dimensão técnica e material. Em poucas palavras, o espaço seria um sistema de sistemas ou, como quer Santos (1996), "sistemas de objetos" e "sistemas de ações".

Por outro lado, vale argumentar que o espaço como um sistema não define-se como um conjunto serial, mas, como diria Kant, um *quantum* composto de partes. Mas só com isso o espaço permanece como conceito inconsistente. Somente na síntese, que não é uma mera somatória equacionada das partes, vai expressamente de um espaço limitado ao espaço que o contém e permite, para o sujeito, tomar consciência de ir do condicionado à condição, de progredir na ruptura das partes. Neste caso, o espaço surge como uma seqüência de limitações, não mais como uma soma de partes constituintes. Assim, considerava-se o espaço como um agregado, quando ele só pode ser vivido de fato como uma seqüência de rupturas do contínuo.

Pode-se pensar, então, que o espaço não é um objeto de análise, mas um sistema de objetos. Interpretá-lo, portanto, na ótica de sua produção, faz com que o espaço torne-se a dimensão empírica da organização das ações que o produz. A organização das ações emerge, por sua vez, de uma estrutura normativa e reguladora cujo movimento é dado pelos processos de transformações resultantes das relações entre trabalho e capital. Isto significa que as formas espaciais produzidas contêm elementos das partes e do todo, como também elementos novos surgidos da (des)construção espacial dessas relações. A natureza mutante das relações sociais traz, por sua vez, mudanças na organização dos "sistemas de ações" e, portanto, na eficácia da funcionalidade das formas - nos "sistemas de objetos".

5. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE *(DES)CONSTRUÇÃO*

A noção de (des)construção do espaço baseia-se na concepção de que a sociedade pós-moderna, ao mesmo tempo em que produz formas espaciais correspondentes, em um dado momento histórico, às necessidades de produção, circulação, consumo e informação,

também as dissolvem e as redefinem em sintonia com as novas necessidades sociais que emergem, por sua vez, em um dado momento para, em seguida, serem diluídas e transformadas.

Para Dosse (2001), o conceito de (des)construção possui suas raízes mais profundas em uma reflexão epistemológica de denúncia ao historicismo, em que a história não coloca-se em situação de exterioridade em relação à estrutura mas é "desconstruída" por dentro. Essa reflexão assumiu duas formas: a nietzschiana, com Michel Foucault, e a heideggeriana, com Jacques Derrida.

Na primeira abordagem o conceito de (des)construção coloca-se essencialmente relativista: "já não há continuidade por apreender nem racionalidade a atuar no pensamento e na ação do homem, e como o sujeito se encontra preso nas malhas do objeto, num laço indissolúvel e imutável, nenhum modo de ver é estável". A visão heideggeriana traduz-se pela "busca da verdade, da gênese do sentido", a história "é uma história pluralizada, fundamentalmente heterogênea" (DOSSE, 2001, p. 219).

A visão de Derrida sobre a (des)construção provém das análises sobre os pensamentos de Rousseau, Saussure e Lévi-Strauss. A (des)construção para o filósofo francês tornou-se uma "modalidade de pesquisa filosófica" e uma forma de "diálogo crítico que usa os exemplos de casos particulares (...) como sintomas de uma configuração ou estrutura mais geral". Além disso, coloca-se como uma possibilidade de ampliação dos quadros de referências e de 'desvelamento' dos "sistemas rígidos de oposições, que habitualmente moldam e restringem nossa compreensão do mundo" (JOHNSON, 2001, p. 38).

Entende-se a (des)construção do espaço como um processo de supressão e emergência de formas e funções que atendem às necessidades, em um dado momento, da divisão social do trabalho, da acumulação capitalista e do poder estatal. A supressão de formas espaciais significa, em outras palavras, a supressão de 'rugosidades espaciais' (SANTOS, 1980).

A idéia de 'rugosidades espaciais', expressada de diferentes modos desde o século XIX por Marx, Cavaillès, Bachelard, Canguilhem, Hegel, Engels e outros autores, foi revisada por Milton Santos (1980) com o objetivo de fundamentar o importante papel das paisagens técnicas herdadas nos diferentes períodos da história.

A noção de 'rugosidades' complementa a concepção de que a produção do espaço é, ao mesmo tempo, construção e destruição de formas e funções sociais dos lugares. Ou seja, a (des)construção do espaço não refere-se apenas à destruição e à construção de objetos fixos, mas também às relações que os unem em combinações distintas ao longo do tempo.

As 'rugosidades' são, nesse sentido, as formas espaciais do passado produzidas em momentos distintos do modo de produção e, portanto, com características sócio-culturais específicas. Nessa linha de interpretação, as 'rugosidades' constituem-se em paisagens técnicas que podem ser periodizadas segundo o desenvolvimento do modo de produção ao longo do tempo histórico.

A emergência de novos arranjos espaciais, no entanto, não suprime integralmente as formas do passado, mas as renovam através das funções que adquirem na articulação do território e, ao mesmo tempo, fazem-nas objetos de um sistema de ações econômicas, políticas e sociais que visam produzir as condições materiais de produção, a capacidade de "controle" sobre o território e de regulação do processo de acumulação capitalista. No entanto, o "controle" não se faz cumprir somente no sentido político e ideológico da ação social, mas no sentido econômico e técnico-informacional dos mecanismos de acumulação do capital e de organização das forças produtivas. A centralização das informações e das decisões em escala planetária atua, de modo relativo, na tentativa de restringir as 'rugosidades espaciais', como argumenta Santos (1980); ou de suprimir, na acepção de Harvey (1993), o espaço através do tempo produtivista.

A capacidade de fluidez e articulação das novas relações de produção, acumulação e consumo no processo de

(des)construção de 'rugosidades' espaciais são possíveis em virtude da redução temporal entre os lugares através da difusão momentânea das mudanças manifestas nos centros informacionais de decisões, como também pela aceleração da circulação de mercadorias e fragmentos sócio-culturais em escala mundial.

Em relação ao argumento citado acima, referente ao estudo da paisagem como escavação arqueológica, poder-se-ia dizer que as camadas produzidas nos últimos 50 anos seriam extremamente compactas, porém, numerosas. A deposição acelerada das sucessivas camadas caracterizaria, deste modo, o processo de (des)construção do espaço.

Outro argumento na mesma direção explicativa procurou mostrar que, com a atual racionalidade tecno-científica e informacional, o capital mundial seria levado a adaptar-se ao espaço e não mais o contrário. Passa-se, por um lado, para o processo de (des)construção de formas espaciais vinculadas à intensidade e à multiplicidade de funções atribuídas em períodos de tempo cada vez mais restritos, e, por outro, em virtude do aumento na velocidade de giro do capital e da expansão do "império do consumo efêmero" e massificado, os lugares tornar-se-iam a condição e o resultado da mundialização da economia e da cultura técnica.

Contudo, devem-se apontar dois aspectos merecedores de maior atenção e que conduzirão a uma melhor compreensão da noção de 'rugosidades' e, em contrapartida, de (des)construção do espaço. O primeiro refere-se à seletividade do capital. Se o capital visa à obtenção de altos lucros a baixo custo, isso por si só bastaria para imprimir-lhe o caráter de seletivo. Desse modo, poder-se-ia afirmar que, desde a expansão marítima no século XVI, o capital mostrou-se seletivo na escolha dos lugares para sua reprodução e acumulação. Neste caso, a alteração se deu em relação à capacidade de seletividade dada pelos meios técnicos de investigação e de reconhecimento de um número crescente de lugares e condições materiais e imateriais para a acumulação capitalista.

O segundo aspecto trata-se do papel do Estado na produção das condições de reprodução do capital e do trabalho. Durante todo o século XX, em grande parte dos países capitalistas e, particularmente no Brasil, as condições objetivas de reprodução social do capital foram produzidas através do Estado. A produção dessas condições resultou, para os fins que pretendeu-se nesta reflexão, em supressão das 'rugosidades' através da (des)construção das paisagens herdadas e da reorganização dos fluxos de bens, de capitais e de pessoas.

De acordo com Carlos (1996, p. 129), "a construção de um espaço novo a partir de um preexistente (ora integrando, ora destruindo) inclui a articulação da técnica e do saber à gestão onde o Estado, ao lhe atribuir funções, constitui-se em um espaço de dominação".

O fato, entretanto, da seletividade do capital não ser espontânea e sim planejada, contando com meios eficazes de pesquisa e de avaliação das condições materiais e de possibilidades de investimentos, faz com que o processo de (des)construção do espaço apresente-se como apropriação do espaço público pelas funções e necessidades do capital privado.

A seletividade do capital recoloca, em outros termos, a relação entre mercado e planejamento. De acordo com Ianni (1995, p. 151),

> "a globalização do capitalismo reaviva a controvérsia mercado ou planejamento ao nível dos setores produtivos, das economias nacionais, dos blocos regionais e, obviamente, da economia mundial como um todo". O planejamento apresenta-se, desse modo, como uma "técnica de organização e dinamização das forças de mercado (...) uma técnica versátil, podendo influenciar a racionalização das forças produtivas, inclusive funcionando como técnica anti-cíclica. Na medida em que se traduz em diretrizes, normas de ação e instituições, envolvendo padrões e valores sócio-culturais e jurídico-políticos,

> influencia as relações de produção também em termos de racionalização, sempre em conformidade com as exigências da reprodução ampliada do capital".

Esses dois aspectos permitem avaliar a dimensão econômica da noção de 'rugosidades', notando que se constituem em espaços de rigidez a partir da perspectiva do capital, como também a significação política da relação entre o espaço público e privado no processo de emergência e supressão de formas e funções espaciais.

Nesse sentido, a introdução de novos capitais em uma dada região ou, como quer Harvey (1993), de modalidades flexíveis de acumulação e gerenciamento, supõe a busca de vantagens comparativas que se materializam em formas espaciais novas ou na reutilização de formas preexistentes, proporcionando, em escala local-global, a intensificação dos fluxos de bens e informações. As vantagens comparativas podem apresentar-se momentâneas ou transitórias e gerar formas espaciais cujas funções serão dissolvidas na medida em que as vantagens localizacionais tornarem-se 'rugosidades' para a reprodução do capital.

A retomada desse conceito, portanto, possui razões históricas que o tornam, às vezes, uma expressão do "modismo" acadêmico ou de um "debate surdo" entre as concepções de modernidade e pós-modernidade, em que o nome da *coisa* mostra-se mais importante que a própria *coisa*.

Entre os principais motivos que levaram alguns autores ao resgate do conceito de (des)construção estão os que se relacionam, por um lado, às transformações históricas do capitalismo entre as décadas de 1960 e 1990 e, por outro, ao esgotamento teórico de paradigmas científicos sustentados pelas visões generalizantes de totalidade.

Os efeitos espaciais mais explícitos dessas transformações deram-se com o processo de urbanização da sociedade. As cidades, sobretudo as metrópoles, tornaram-se os lugares de experimentação de um novo urbanismo e de uma nova estética arquitetônica.

Em suma, a concepção de (des)construção do espaço deve considerar que a compreensão da realidade em escala local supõe o envolvimento, a interação e a articulação combinada com outras escalas de tempo e de espaço. De acordo com Randolph (1992, p. 379), "esta dialética vai além de uma simples articulação de escalas; tem sua origem na própria concretude do processo histórico. Pois mesmo em períodos de ordenamentos, integração, generalização e articulação, mormente através do Estado na história mais recente, identificam-se momentos de desintegração, fragmentação e desordem que fazem parte do mesmo processo histórico".

A (des)construção do espaço expressa-se na vaga do movimento dialético da totalidade com as partes, de modo que a emergência de uma nova forma espacial traduza fragmentos da totalidade e combinações específicas em diferentes escalas de tempo e de espaço. Assim, a forma espacial torna-se um fator social não apenas pela sua durabilidade no tempo, mas pelo conteúdo técnico, cultural e ideológico de atribuir "valores sociais ao espaço".

O conceito de (des)construção do espaço apresenta-se, nesse momento, como um instrumento de análise do processo de formação sócio-espacial que busca, através da periodização das paisagens técnicas e do processo de supressão das 'rugosidades', compreender a produção do espaço mediante a combinação entre as formas e as funções espaciais, em um dado momento da divisão do trabalho e do desenvolvimento do modo de produção. Vale dizer, de passagem, que consiste em uma via conceitual a ser explorada teoricamente na perspectiva da análise espacial.

Os problemas teóricos levantados neste ensaio são ingredientes fundamentais de uma reflexão mais aguda sobre o pensamento crítico da geografia. A reflexão crítica deve, entretanto, nutrir-se da auto-crítica de seus instrumentos de análise e nos conduzir a uma reavaliação do método e da relação sujeito-objeto na construção de um conhecimento complexo do espaço social.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T. W. Dialectique Négative - critique de la politique. Traduit: Gérard Coffin; Joëlle Masson; Olivier Masson; Alain Renaut; Dagmar Trousson. Paris: Payot, 1978.

MAX HORKHEIMER E THEODOR W. ADORNO - Textos escolhidos. Tradução: Zeljko Lopari'c. São Paulo: Nova Cultural (Os Pensadores), 1989.

CARLOS, A. F. A. A Mundialidade do Espaço. In: MARTINS, J. S. (Org.), Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec, p. 121-134, 1996.

CARVALHO, P. F. DE; FRANCISCO, J. Desconstrução e Conhecimento Espacial. Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento. Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro, 2000, p. 16.

DOSSE, François. A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido. Tradução: Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

ENTRIKIN, J. Nicholas. O Humanismo Contemporâneo em Geografia. Boletim de Geografia Teorética. Rio Claro. Tradução Lucila E. L. Goes, v. 10, nº 19, 1980, p. 5-30.

ÉLISÉE RECLUS. In: Andrade. M. C. de (Org.) Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1985.

FAUSTO, Ruy. Marx: Lógica & Política - Investigação para uma reconstituição do sentido da dialética - Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HABERMAS, J. Conhecimento e Interesse. Tradução: José N. Heck. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

HARVEY, D. A Produção Capitalista do Espaço. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume Editora, 2005.

HARVEY, D. A Justiça social e a cidade. Tradução Armando C. da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, D. Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.

IANNI, O. Teorias da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
JOHNSON, C. Derrida. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
LEBRUN, G. Kant e o Fim da Metafísica. Tradução: Carlos A. R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
LEFEBVRE, H. Lógica Formal/lógica dialética. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 5. Edição, 1991.
LEVINAS, Emmanuel. Totalidade e Infinito. Tradução: José Pinto Ribeiro. Lisboa (Portugal): Edições 70, 1980.
MORIN, E. A Natureza da Natureza. Tradução: Maria G. de Bragança. Lisboa (Portugal): Publicações Europa-América, 1987.
MÜLLER, Marcos. Epistemologia e Dialética. Campinas: I Encontro de História e Filosofia da Ciência. Unicamp/Campinas, dez., 1978, p. 5-30).
OLIVEIRA, Manfredo A. de. Dialética Hoje - lógica, metafísica e historicidade. São Paulo: Loyola, 2004.
RANDOLPH, R. Estabilidade sócio-histórica material-concreto: proposições metodológicas para a análise regional. Boletim de Geografia Teorética. Rio Claro, v. 22, nº 43-44, 1992, p. 378-383.
SANTOS, M. Espaço e Sociedade. Petrópolis: Vozes, 1980.
SANTOS, M. Pensando o Espaço do Homem. São Paulo. Hucitec, 3ª edição, 1991.
SANTOS, M. Por Uma Geografia Nova - da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Edusp (Coleção Milton Santos), 2002.
SANTOS, M. A Natureza do Espaço: espaço e tempo: razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
SMITH, N. A Produção da Natureza. Tradução Beatriz M. Pontes, Liliana B. R. Garcia e Lucia H. O. Gerardi. Geografia. Rio Claro, v. 9, nº 17-18, outubro, 1984, p. 1-36.
SOJA. E. W. Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria crítica social. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.